Jornalismo e Ciência

Vittorio Pastelli

O propósito deste texto é abordar as diferenças (e semelhanças, pois é claro que elas também existem) entre jornalismo científico e divulgação científica. Não se pretende especificar uma mídia, pois é premissa que as ideias aqui apresentadas valem tanto para meio impresso como para TV ou multimídia.

De qualquer forma, antes de entrarmos no tema propriamente dito, de como a ciência aparece na mídia que atinge o grande público, devemos falar um pouco sobre a autoimagem da ciência: como ela mesmo se vê e como essa autoimagem tem mudado neste século, e, em especial, nos últimos 30 anos.

1.

Se perguntarmos a um cientista natural —seja ele um biólogo, físico, químico— como ele, em especial, e sua disciplina, em geral, chegam a bons resultados, a resposta será mais ou menos padrão: afirmará que o sucesso se deve à aplicação rigorosa de um "método científico". Assim, é natural que os estudos em filosofia da ciência, ao procurarem esclarecer o sucesso do empreendimento científico, tenham começado, há mais ou menos 100 anos, pela tentativa de determinação das regras desse método.

Quando esses estudos começaram, a ciência moderna, que podemos considerar fundada mais ou menos ao tempo de Galileu (isto é, no início do século 17) já apresentava 300 anos de progresso ininterrupto. Sucesso esse tão avassalador que, para a filosofia, "ciência" era sinônimo de solução, jamais fonte de problemas. Não é outro o sentimento que norteou o sonho positivista de fundar as ciências humanas na mesma base sólida das ciências naturais. Afinal, pensavam Comte e seus simpatizantes, se o sucesso das ciências naturais —notadamente da física— é tão extraordinário e se deve inteiramente a seu método, "bastaria", e esse "bastaria" deve ser colocado entre grandes aspas, ajeitar as ciências humanas de modo a que tal método pudesse ser também a elas aplicado. Essa tática tornaria a história, a filosofia e a recém-fundada sociologia em ciências tão exatas quanto aquela que teve sua origem moderna com Galileu e Newton.

O século 20 assistiu, até início dos anos 60, a tentativas frustradas de determinar as tais "regras do método científico". Não vou me estender aqui em expor as teorias de autores como Reichenbach, Carnap ou Popper. Apesar das grandes diferenças entre eles, o mais importante, creio, é salientar que todos acreditavam na unidade básica da ciência, na existência de um só método e na possibilidade de, pelo uso reiterado deste, chegar mais próximo da verdade.

Se tal empreendimento tivesse tido sucesso, o discurso do cientista acerca de sua atividade —aquela mais ou menos ingênua referência ao método como fonte de progresso— estaria plenamente justificado.

Mas o fato puro e simples é que esse esperado sucesso não se concretizou.

Em lugar disso, surgiram pesquisas que sugeriam fortemente a ideia de que não existe esse método, que suas regras dependem do momento histórico, da moda dentro da comunidade científica, de valores locais usados pelos cientistas, que não podem ser completamente justificados. Essa nova maneira de ver as ciências naturais tem suas figuras mais expressivas em Thomas Kuhn e Paul Feyerabend.

Mais próximos da verdade ou não, o fato é que trabalhos nessa nova linha mostram com farta documentação histórica que raramente os cientistas seguem as regras que afirmam seguir, que normalmente inventam novas, que frequentemente as distorcem a fim de manter teorias que de outra forma não resistiriam à experiência.

O alvo de Feyerabend —em seu hoje clássico "Contra o Método", publicado em 1975— é Galileu. Vejamos seu argumento principal.

Ninguém pode duvidar de que Galileu representa um dos pontos altos da ciência ocidental, o primeiro físico a estabelecer cuidadosamente as relações recíprocas entre teoria e experimentação, um dos primeiros a criar aparelhos de observação precisos e a

desenvolver um formalismo que, depois, ganharia plenitude com Newton. No entanto, se olharmos para o “método” usado por Galileu, veremos que seu respeito pela experimentação era determinado por seus interesses na teoria. Ou seja, se acreditava em uma teoria que poderia facilmente ser mostrada falsa pela experimentação, jamais pensava em abandonar a teoria. Muito pelo contrário: seu movimento era no sentido de mudar a observação, de criar argumentos que desacreditassem os olhos. Mas, quando situação oposta acontecia, isto é, quando Galileu queria desacreditar uma teoria, apelava para a experiência mais simples, para os sentidos supostamente puros e livres de contaminação teórica. O resultado de tudo isso? Sucesso científico, progresso, o estabelecimento da física moderna.

O que concluir? É razoável dizer em vista dessas análises que a ciência natural, embora afirme o contrário, não tem um método ou, pelo menos, não tem um método que possa ser explicitado em regras, regras que bastaria ao cientista seguir para chegar a bons resultados ou, pelo menos, para se desviar do erro.

Não existe acordo quanto ao que devamos chamar “método científico”. Por exemplo, explicações finalistas (do tipo “a existência / presença de X é explicada por sua função em um meio mais amplo, visando à continuação desse meio”) é central na biologia e inadmissível na física. Em ciências mais “soft” como a antropologia, é difícil traçar a linha entre explicação causal, exposição de razões e descrição de um dado comportamento. Quando um antropólogo descreve um comportamento e diz “porque”, que tipo de explicação usa? E, na escolha do comportamento a descrever, que tipo de teoria usou para se guiar, para separar comportamentos em relevantes e irrelevantes? (Lembremo-nos da definição de “sociologia” de Max Weber: *“É a ciência que se ocupa da compreensão interpretativa da ação social e, ligado a isso, com a explicação causal de seu curso e consequências”*. A definição une dois tipos de discurso, o interpretativo e o causal, que não parecem miscíveis. No entanto, o resultado é uma atividade evidentemente assimilada à palavra “ciência”.)

Essa falta de unidade é mais fundamental do que dizer que existem especializações científicas, que biólogos tratam de coisas vivas (ou quase) e que geólogos tratam de coisas inanimadas. Se formos buscar alguma unidade em “ciência” certamente procuraremos por seu método, pesquisa que, até hoje, não apresentou resultados convincentes. Atualmente, tende-se a ver a unidade mais pelo lado sociológico que metodológico. Mas aí surgem novos problemas, dado que as motivações e meios nos quais se desenvolvem atividades científicas podem variar enormemente.

Enfim, esse é o quadro atual: embora os cientistas continuem afirmando que sua atividade se baseia na aplicação racional de um método, o que a distingue de todas as outras empreendidas pelo homem, o fato é que as pesquisas que visaram a determinar tal método deram em resultados decepcionantes. Noutras palavras: devemos acreditar nos cientistas não pelo que eles dizem, mas pelo que eles fazem. Seu discurso é ideológico, já que as razões apresentadas nele não são nem de longe suficientes para explicar o sucesso das ciências naturais.

2.

Deixamos agora um pouco de lado essas considerações sobre o método. Delas, tiramos a lição de que vivemos em uma era especial. É claro que toda época que vivemos é especial, pelo menos por um motivo: é nela que estamos vivos. Mas acredito que esta possa merecer o adjetivo “especial”, sem que a história nos desminta: nunca dependemos tanto de uma atividade para solucionar nossos problemas (ambientais, energéticos, médicos) e nunca duvidamos tanto da natureza e das alegações de superioridade dessa fonte.

Confiar na ciência era fácil no século passado: ela trazia apenas progresso (já que o dano ambiental não era então visto como é hoje, mas apenas como um “empréstimo” a ser facilmente saldado mais tarde) e não havia dúvidas acerca da superioridade de suas razões. Hoje, ela traz progresso e problemas e, quando procuramos por suas razões, pelas bases em que assenta, pelos pilares que garantem o rigor do projeto e a solidez de todo o edifício, não mais os encontramos.

Se essa situação não merece o adjetivo de especial, o que mais mereceria?

E a atitude anticientífica?

Bem, era uma promessa da ciência (aliás, mais uma delas) que essa atitude é nada além de primitiva e que a educação resolveria o problema. E, dado que a atividade científica é racional e, dado que, com a razão necessariamente devemos nos alçar ao que é bom, teríamos, uma vez educadas as pessoas, um reino de paz e razão.

É evidente que isso não aconteceu. De um lado, bilhões continuam à margem de qualquer educação. De outro, crimes cometidos por Estados bem organizados não nos permitem esquecer que adesão à razão não é adesão ao que é bom. As câmaras de gás foram construídas sobre rígidos princípios científicos, igualmente utilizados no descarte dos milhares de corpos que produziram.

Esses resultados negativos —seja porque conhecimento científico foi aplicado a finalidades vis, seja porque esse conhecimento não chega a ser eficientemente compartilhado— geram um desconforto peculiar a nosso tempo. E o escape mais fácil e mais ao alcance das pessoas é o misticismo, já que a via do esclarecimento, da elucidação do papel social da ciência e do tipo de controle que poderíamos ter sobre seus resultados é difícil e, na verdade, quase não se pode contar com os próprios cientistas nesse empreendimento.

O misticismo prospera: vemos um crescimento extraordinário dos cristais energéticos, dos florais, da magia que cura, das raízes milagrosas, da astrologia, do tarô, das runas, da literatura de autoajuda e tudo o mais. Quantas centenas de pessoas provavelmente não morrem porque confiaram tempo demais em um cristal poderoso e, quando se dirigiram a um hospital, constataram que era tarde demais?

E o que nós, que trabalhamos com divulgação e com jornalismo científico, deveríamos dizer a elas? “Tome esse chazinho ou use esse cristal e viva apenas mais um mês em casa, cercado de seus familiares e do conforto que eles trazem ou vá para um imundo hospital público, seja tratado como gado, tome medicamentos modernos e ganhe o privilégio de viver não mais um apenas, mas mais três meses”? Nem sempre a situação se apresentará assim, mas devemos ter em mente que, embora não devamos abrir as portas ao misticismo tosco e à atitude anticientífica, devemos nos lembrar de que nem sempre o melhor oferecido pelo progresso científico é o melhor para as pessoas.

Fiz esse parêntese aqui não para afirmar descrédito pela medicina moderna, mas apenas para mostrar que apontar na direção do progresso e de um suposto esclarecimento não é um princípio universalmente válido, especialmente no que diz respeito ao bem-estar das pessoas.

3.

Essas considerações somadas nos levam ao dilema do jornalismo científico.

Do lado da sociedade em geral (fora da esfera da produção de conhecimento científico e tecnológico), temos um público ávido de informação, desconfiado das supostas benesses trazidas pela pesquisa científica e propenso ao discurso anticientífico. Basta pensar que é fácil achar jornais que não dispõem de seções fixas dedicadas a ciência, mas não deixam de publicar horóscopos, previsões, profecias e assim por diante.

Do lado dos cientistas, temos uma comunidade arredia à divulgação de suas atividades, a menos que esta se paute por uma submissão total a seus métodos peculiares de transmitir informação.

Assim, tentar fazer algo com razoável independência é cada vez mais difícil.

Vimos acima que as alegações dos cientistas no que diz respeito ao “método científico” são cada vez mais difíceis de ser sustentadas. No entanto, quando se trata de combater o discurso anticientífico, o cientista apela para essa ideologia do método, brandindo afirmações como “isto é errado porque não se conforma ao conhecimento científico atual” ou “tal coisa não pode ser admitida porque os métodos pelos quais foi obtida não são claros”. Mas, se retorquirmos que, no fundo, tudo o que a história nos ensina acerca das teorias científicas é que elas erram e são ou reformadas ou substituídas e que, portanto, “não estar de acordo com o

conhecimento científico atual" quer dizer muito pouco contra qualquer coisa, o cientista não terá mais nada a dizer. Ou, se respondermos a ele que a falta de clareza quanto a métodos de pesquisa acontece amiúde na pesquisa dita "séria", também seremos recebidos com mudez. Isso, na melhor das hipóteses...

Novamente, tudo isso não quer desacreditar a ciência. Continuo acreditando mais na medicina comum, na energia elétrica e em meu relógio digital do que em cristais, energias cósmicas e cartas de tarô. Mas friso que é preciso, para situar corretamente o discurso místico, recorrer a algo além da ideologia do método. Especialmente quando ele é mais perigoso, isto é, na área médica, o que pode levar, e leva, milhares de pessoas à morte. Devemos, é claro, ficar com a ciência moderna, mas isso não deve significar comprar sua ideologia.

4.

Estamos agora em posição de falar de divulgação científica e examinar seus pressupostos.

Divulgação científica pode ser definida como a atividade cujo principal fim é tornar assuntos científicos acessíveis ao grande público. Seus praticantes vão do laureado com um Nobel ao jornalista diário. São, no entanto, cada vez menos frequentes as grande figuras que se dedicam à divulgação; não se tem hoje um divulgador do status científico de um Thomas Huxley, que fazia frequentes conferências para grandes audiências leigas. Isso, pelo menos em parte, se deve aos maus olhos com que a sociedade científica vê seus divulgadores internos. As alegações da comunidade vão desde "fulano, sendo cientista de segunda, limita-se à divulgação" até "faltando-lhe projeção científica, tenta projeção fora da universidade", com todos os matizes entre elas.

A divulgação parte de duas premissas:

a. o público se interessa por ciência e

b. ciência é uma atividade fundamental para a sociedade.

Ambas, devemos frisar, são verdadeiras. Em nenhuma outra época da história da humanidade, ciência e tecnologia tiveram um papel tão importante na moldagem do cotidiano. Com a intensificação da ciência na indústria, fenômeno estranho antes da última década do século passado, e com a maior participação de empresas privadas no fomento de pesquisa universitária, mais rapidamente utensílios derivados de conhecimento científico de ponta chegam a nossas casas e mudam radicalmente nossas vidas (um exemplo que deve bastar é o microcomputador).

Naturalmente, as pessoas se interessam por ciência. Nem poderia ser diferente. Desde seu primeiro contato com a escola, a criança é martelada com preconceitos sobre os heróis da ciência, sobre como ela superou o obscurantismo, eventualmente com o preço da morte de algumas de suas figuras mais destacadas, sobre como ela atua no aumento da expectativa de vida, na cura de doenças, nos transportes etc. Isso, na escola. Quando chega em casa, a criança é bombardeada pela mídia, que usa e abusa do vago conceito de "científico" para vender e para entreter. Isso está longe de formar uma imagem minimamente adequada de ciência, mas sem dúvida coloca esse mal definido conceito no centro das atenções de qualquer pessoa.

Em uma sociedade que se pretenda razoavelmente democrática, todas as decisões devem ser informadas e as decisões quanto ao que se deve fazer com os frutos e mesmo com os rumos da atividade científica não devem ficar fora disso. Afinal, se é verdade que a atividade tem dividendos positivos para muitos, é também verdade que seu passivo vem se acumulando, na forma de desigualdade, vigilância, poluição, guerra. Nada existe de essencial na "racionalidade científica" que exclua a barbárie, como exploramos acima nas cientificamente construídas câmaras de gás. Portanto, evitar a barbárie é tarefa de todos e não pode ser deixada a um só grupo. É claro que as diversas atividades científicas são complexas, exigem estudos especializados e não podem, por definição, permanecer o tempo todo presas a qualquer conceito de vigilância pública, pois isso as paralisaria. Mas o cidadão —se quer merecer o nome—, deve tomar decisões e, para tomá-las, deve estar informado e, se a

atividade científica é fundamental em nossas vidas, deve estar bem informado sobre ciência. Isso mais que justifica a existência da atividade de divulgação.

O conteúdo da divulgação, portanto, está garantido. Vejamos agora sua forma (talvez alguém preferisse falar em “ideologia”, mas usarei apenas “forma”).

Primeiro, o nome: “divulgação científica”.

Comecemos com a última palavra. De fato, não existe uma atividade bem definida que possa receber o nome de “ciência”. O nome, acredito, sobreviveu a seus fins iniciais e, hoje, mais confunde que explica. Não vamos repetir neste ponto o que já discutimos mais acima, quando abordamos a questão do método científico. Basta que nos lembremos de que ele simplesmente parece não existir e que esse fato milita contra a unidade implicada na palavra “ciência”.

Isso deve bastar para se dizer que “científica” pouco define e que o termo seria melhor expresso por “atividades científicas”.

Quanto ao termo “divulgação”.

Acredito que seria um tanto impróprio imaginar que a palavra implique crítica ou mesmo distanciamento daquilo que é divulgado. Quem divulga, fala para o mundo sobre aquilo que acha importante, preocupa-se em vender seu produto, afirma tacitamente, ao mesmo tempo em que atua, que o material divulgado é sério e merecedor de atenção. Nesse sentido, a divulgação reforça preconceitos bem arraigados quanto à importância da ciência, quanto à sua racionalidade como modelo para outras atividades, quanto à importância de pensar segundo os supostos cânones científicos, quanto aos fatores que distinguiriam a ciência de outras atividades humanas: honestidade, fidelidade à experiência, imparcialidade, isenção de emoções, precisão, ausência de táticas de convencimento (todo convencimento, em ciência que mereça o nome, é “racional”), trabalho em equipe no sentido mais amplo, isto é, sem segredos etc. etc. etc.

Depois de algum treino em ciências, todos sabemos que essa imagem se adapta, quando muito, a uma reconstrução de pesquisas particulares naquilo que renderam de bem-sucedido. Não funciona na prática e não funciona quando tentamos reconstruir as falhas que permeiam toda a história dessas atividades.

Essas considerações não invalidam que a atividade deva ser divulgada, mas sublinham que a divulgação envolve armadilhas que, quando menos percebemos, nos levam a reproduzir o que existe de pior em nossa educação. Ao mesmo tempo que explica, que divulga, o divulgador reforça as supostas características notáveis da ciência: sua unicidade e seu caráter modelar para outras atividades. É claro que pontuar um texto de divulgação com observações do tipo “esta decisão foi um palpite que não tinha comprovação à época” ou “de vez em quando, como o fez Mendel, é preciso fraudar alguns resultados” tornaria a tarefa quase impossível. Mas não o fazer leva ao reforço da imagem de importância que a ciência ganha na escola e na mídia: o termo “científico” adquire um caráter mítico, a ciência se torna uma provedora de verdades (e não de hipóteses) e assume o posto de padrão para tudo o que mereça ser chamado civilizado ou racional.

Infelizmente, alguns livros e artigos que tentam escapar do padrão fazem-no pela via do comentário casual, do rumor, do sensacional (da *fofoca*). De uma certa forma, retornam ao problema de origem. Se uma determinada disciplina tem aspectos sensacionais em seu desenvolvimento, fica implícito que existe uma “boa ciência” que foi desviada. O livro, no fim de contas, é sobre o desvio, mas dá como suposto que existe a norma.

5.

Passo ao jornalismo.

Jornalismo científico é uma atividade cujo principal fim é divertir. Seu praticante é, geralmente, um profissional especializado: o jornalista.

Devemos falar sobre esse “divertir”. De fato, acredito que isso tenha mais a ver com o jornalismo em geral que com o jornalismo científico. Ou, em outras palavras, esse objetivo se torna inescapável em qualquer atividade subordinada ao jornalismo, ou, pelo menos, ao jornalismo diário.

Usemos por um instante o exemplo dado por uma partida e futebol. São 90 minutos durante os quais duas equipes tentam vencer, atacando e defendendo-se. Para conseguirem isso, devem seguir um desenho tático cuidadoso e, em 90 minutos, depois de dezenas de oportunidades criadas, uma média de três lances decisivos resolvem a partida. Essa é, mais ou menos, a média de gols em um campeonato no Brasil.

Será possível discernir a tática que está sendo usada por uma equipe através da observação de dez segundos de jogo? Certamente não. O jogo não faz sentido se tomado em uma "fatia" tão fina. Mesmo o comentarista mais experiente espera 15 ou 20 minutos para arriscar —e a palavra é mesmo arriscar, pois a margem de erro é muito alta— umas palavras sobre o desenho tático da partida em questão. Paro com o futebol.

Meu ponto é: será que eventos políticos, tendências artísticas, moda, movimentos econômicos, pesquisas científicas etc. fazem sentido se analisados dia-a-dia? Não será o "dia" uma fatia muito fina da realidade, para que se possa discernir alguma coisa? Acredito que sim.

Naturalmente, vivemos os dias. Mas também é verdade que lemos as letras e nem por isso descemos até elas para compreender o conteúdo de um texto. Sabemos que um evento é significativo apenas *post hoc*, bem como é só muito depois do fato que podemos falar em termos de "revoluções", "planos", "descobertas" etc. Mas isso não importa ao jornalismo e, todos os dias, encontramos facilmente essas expressões no noticiário. Desnecessário dizer que quase todos os planos, esquemas, revoluções e descobertas não o são. São fatos do dia-a-dia, fatos isolados que podem ou não, com o correr do tempo, se encaixar em algum esquema significativo.

Como os jornais são empresas, como vendem anúncios, muitos deles de bens que devem ser consumidos rapidamente e como os jornais —da mesma forma que a atividade científica— desenvolveram uma imagem pública de que são fundamentais para a sociedade civilizada, devem sair todo dia, produzir uma manchete e muitas matérias de alto de página. Como a realidade, como proponho aqui, não faz lá muito sentido se tomada dia-a-dia, o jornal deve literalmente criar sentido. Assim, mais que informar —pois existe na verdade pouco para dizer—, o jornal deve criar informação, desenvolver-se a fim de se transformar de meio em fim. Nada como a mídia para desenvolver a mídia. A realidade é apenas uma parcela nesse processo. Toma-se como premissa que essa parcela é importante. Mas não é. Dar-lhe excessiva importância atrapalharia todo o empreendimento.

É nesse sentido estrito que aplico o termo "divertir" a jornais.

Nesse sentido, jornalismo é muito mais diversão, muito mais combustível para pessoas supostamente educadas terem sobre o que falar no dia-a-dia, muito mais um distintivo de classe social que um meio de informação. Informação, esta entra na composição do todo, mas em doses homeopáticas, a fim de não tirar o lustro e a impressão de urgência do conjunto.

Justamente por ser tão afim da vida cotidiana, o jornalismo desenvolveu uma linguagem que guarda uma aura de autoridade aliada à intimidade do coloquial. Essa tática é talvez a chave de sua grande eficiência comunicativa, de sua importância social.

Da maneira como é usado, o jornalismo, em ciência, não pode fazer mais que explorar o sensacional, o imediato, a crise. Contornar esse imediatismo —e imediatismo é um mérito da atividade jornalística, mas notemos que ele tem várias interpretações— é tarefa das matérias laterais, que o jargão jornalístico batiza de "colunas" ou "boxes" e que o jargão gráfico coloca em grisé ou em itálico. Mas é evidente que, subordinado à pressão dos anunciantes, se falta espaço na página é claro que o primeiro texto a cair fora é o acessório, o texto que não é propriamente "notícia", o texto de divulgação.

Mas suponha o melhor dos mundos, o jornal no qual o jornalista escreve o quanto quer sobre o dia-a-dia e tem espaço para informar seu leitor com textos explicativos.

Em primeiro lugar, tais textos serão tratados como acessórios, ou seja, como coisas menos importantes que o fato sensacional que motivou a existência daquela notícia. Ponto a

menos para a divulgação. Em segundo lugar, se as fatias diárias de realidade não fazem sentido na economia, por que o fariam em processos de longa duração como os envolvidos em qualquer atividade científica? Assim, o texto principal tem poucas chances de espelhar o que está acontecendo para além do simplesmente factual "o cientista X *diz* que provou Y". (Note-se que garantir que haja um sujeito e que esse sujeito *diga* algo praticamente exime o jornalismo de responsabilidade.) As chances de tal nota ser crítica são mínimas. Em primeiro lugar, como dirigir a crítica? Ela logo descamba para o especializado e não tem lugar em um jornal. Mesmo contestações sólidas dentro dos muros da ciência soariam como jogos de palavras para o leigo. Se a crítica for acessível, o que dizer da qualidade científica, da competência do contestador? Se este faz crítica acessível ao leigo, dificilmente a natureza desta será profunda. Assim, dificilmente se remeterá ao âmago das questões envolvidas e, portanto, o que estaria fazendo no noticiário propriamente científico? (E não são incomuns debates entre cientistas na mídia que refletem apenas vaidades pessoais.) Também é preciso levar em consideração que muita pesquisa científica dispendiosa depende de sucesso na mídia e que os envolvidos têm o maior interesse em uma cobertura não-crítica.

Como os assuntos científicos são difíceis e distantes, como jornalistas raramente têm formação científica, como o jornal precisa fechar todos os dias às 19 horas, como o público gosta de ciência, como ciência pode fornecer figuras e títulos instigantes, como cientistas interessados em cobertura estão sempre dispostos a cooperar, a cobertura no jornal diário tem todos os elementos para deixar qualquer pretensão crítica em segundo plano.

(Isso é o que leva Dorothy Nelkin a afirmar que, na cobertura jornalística de ciência:

* *a imagem substitui o conteúdo*

* *a pesquisa se torna uma série de eventos dramáticos*

* *o foco da notícia é a competição.*

O resultado disso é que "embora a racionalidade científica seja considerada a base de nossa 'knowledge society', a ciência é investida com mágica e mística".)

Esse dilema é comum a todo jornalismo: o jornalista não é ele próprio (nem pode ser) membro ativo da comunidade que noticia. Logo, não tem como julgar diretamente a qualidade do material colhido, nem como avaliar críticas e contestações. Essa dificuldade é resolvida de maneira mais ou menos pueril pelo princípio de se "ouvir os dois lados" de uma dada polêmica. Na prática, se X acusa Y de alguma coisa, Y ou alguém ligado a Y deve ter espaço de defesa *na mesma* matéria. Como em qualquer outro campo, em jornalismo científico isso pouco ajuda. Apenas põe em relevo a informação absolutamente trivial de que em ciência, como em qualquer outra atividade, existem várias maneiras de se abordar o mesmo assunto.

Mesmo essa caricatura de equilíbrio só é adotada quando o fato científico noticiado é de alguma forma percebido pelo jornalista como negativo. Se não —como no caso de alguma descoberta supostamente importante—, o termo muda para "repercussão". Já não há por que ouvir "os dois lados", basta repercutir o conteúdo inicial junto a membros relevantes da comunidade em geral (e não apenas da comunidade em questão).

6.

Resumindo:

Se a divulgação científica tem conteúdo relevante e uma forma inadequada, ou seja, é reverente demais com seu conteúdo, o jornalismo penderia para o lado oposto: suas possibilidades de veicular conteúdo consistente são virtualmente nulas, mas sua forma poderia —dadas as características de sua linguagem, especialmente um certo caráter contestatório da atividade jornalística, e dado o respeito que essa mídia detém junto ao público formador de opinião— ser usada para a tarefa de desmitificação da atividade científica, para remover o ranço da educação e da mídia de entretenimento (declarado) que se traduz nessa ciência mágica e mitificada.

Certo, os jornais têm "ideologia" ou "forma" no sentido expresso acima: passam informação relevante por sua simples presença, por sua simples inserção no

cotidiano. O jornal passa de imediato que o fato noticiado: é relevante, foi apurado e não apenas divulgado, foi submetido a escrutínio por um grupo que se auto-outorga representatividade social e foi colocado em linguagem acessível aos membros da classe a que se dirige. Mesmo assim, uma das características formais da atividade jornalística é seu suposto caráter contestatório, investigativo, descobridor e esclarecedor de polêmicas. Todos sabemos que isso fica mais na promessa que na execução. Mas o fato é que a coisa toda funciona em torno do suposto fato de que o jornalismo *é* assim.

Se essa mesma irreverência pudesse ser aliada a um conteúdo um pouco mais consistente, o jornalismo teria uma elevada possibilidade de tornar "as ciências" algo a um só tempo mais próximo, mais compreensível para o leitor médio, sem colocar "embaixo do tapete" características importantes dessas atividades como sua falta de unicidade, sua subordinação a fatores extracientíficos, suas similaridades com a política (falo aqui de retórica, senioridade, convencimento, poder de distribuir benefícios) etc. Mas acho pouco provável que isso possa ser feito no jornalismo diário. A urgência do fechamento no início da noite, o arraigado vício de que polêmica se apresenta pela exibição de pelo menos duas partes envolvidas, a necessidade de entreter tornam o jornal campo pouco adequado para um texto mais judicioso, mais pensado.

A esta altura, podemos dizer: devemos divulgar criticamente as atividades científicas. Essa tarefa não parece poder ser cumprida pelo jornalismo diário ou pela divulgação reverente e acrítica. Talvez, a única saída seja o jornalismo semanal, seja ele veiculado em revistas ou nas longas matérias que os jornais trazem nos fins de semana.

7.

É hora de fechar e é de bom tom que se tente fazê-lo com alguma proposta, com algo de positivo.

Resumindo nossa situação:

Precisamos, seja como divulgadores, seja como jornalistas, recorrer à autoridade da ciência. Sem ela, abrimos nosso flanco ao discurso anticientífico, ao misticismo e, especialmente nas áreas do noticiário que são usadas pela sociedade como serviço, corremos o risco de prejudicar fisicamente as pessoas, por exemplo, ao noticiar de forma acrítica uma terapia para um mal qualquer.

Qual a fonte dessa autoridade? O cientista, naturalmente.

Esse cientista poderá apresentar duas atitudes, cujas raízes exploramos antes, quando falamos sobre as pesquisas em torno da natureza do método científico:

1. uma atitude ingênua e ideológica, que defende a existência de um método que, na verdade, ele mesmo não aplica (e nem se apercebe disso); ou então

2. uma atitude crítica e baseada na evidência histórica, que aponta para uma ciência humana, humana no sentido de falível, de flexível com princípios e metas.

A primeira atitude simplesmente não nos serve, pois queremos mais que reproduzir ideologia. Queremos ser, pelo menos um pouco, independentes. A segunda parece merecer mais crédito, mas torna o discurso resultante menos atraente para o leigo, acostumado que está à apresentação de uma ciência mítica, resultado de um sacerdócio rígido e inflexível, cujo fim é abarcar todo o conhecimento relevante.

Para fazer jornalismo científico sério, devemos é claro ser jornalísticos, procurar pelo sensacional, pelo imediato, pelo "quente", para usar o jargão das redações, pois isso garantirá a atenção do leitor, em contraste com o "frio" discurso de divulgação. Mas essa notícia, se pretende alguma independência crítica, deve, pelo menos em princípio, dar relevo mais à ideia que levou à descoberta do que à descoberta em si. Esta é apenas o *lide*, o chamariz, mas é a ideia o que deve constituir o foco da atenção. Pois é no desenvolvimento dessa ideia que fica mais aparente o funcionamento da comunidade científica: seus métodos, seus acertos e erros, seus vaivéns. Focando principalmente sobre o desenvolvimento da pesquisa, teremos a oportunidade de apresentar a atividade científica como o que ela realmente é, fornecedora de hipóteses tentativas e, sem mesmo tocar explicitamente no assunto, sem pontificar, desmitificar a tão batida imagem da

atividade provedora de certezas, que deve merecer crédito simplesmente por existir.

Enfim, a divisão no jornalismo entre texto jornalístico e texto de divulgação facilita o trabalho do dia-a-dia, mas é duplamente perniciosa. O texto jornalístico fica apenas no resultado e o de divulgação fica apenas na história, no que já está "plenamente estabelecido", naquilo que "com certeza" já se sabe. O ideal é reformar o texto jornalístico no sentido esboçado acima e, eventualmente, eliminar ou quase eliminar o acrítico texto de divulgação.

Mas é claro que tudo isso é ideal, que o jornal continua a fechar à noite, que os editores continuam com pressa, que os donos continuam vendendo publicidade que espreme o espaço editorial. Tudo bem, as coisas são assim. Mas, em todo caso, encarem as sugestões acima como princípios reguladores. Da mesma forma que os cientistas fazem com seu suposto "método", faremos o seguinte: mesmo que nos apeguemos a esses novos princípios, saberemos ser flexíveis com eles.

8. Bibliografia

FEYERABEND, Paul, *Against Method*, Verso, 1988 (edição revista)

FEYERABEND, Paul, *Farewell to Reason*, Verso, 1987

KUHN, Thomas, *The Structure of Scientific Revolutions*, University of Chicago Press, 1962 (Posfácio de 1969)

LATOUR, Bruno, *Science in Action*, Harvard University Press, 1987

NELKIN, Dorothy, *Selling Science - How the press covers science and technology*, Freeman, NY, 1995